

RESULTADO FISCAL DO TESOURO NACIONAL

1 Em janeiro de 1999, o Governo Federal atingiu superávit primário de R\$ 922,7 milhões, sendo R\$ 1,6 bilhão relativo ao Tesouro Nacional e R\$ 632,7 milhões ao déficit da Previdência Social. Em relação a janeiro de 1998, o resultado primário do Governo Federal apresentou uma melhora da ordem de R\$ 474,7 milhões, sendo R\$ 910,5 milhões do Tesouro Nacional.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL
BRASIL, 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)	
	Janeiro	
	1998	1999
I. RECEITA TOTAL	15.501,3	15.444,6
I.1. Receitas do Tesouro	11.800,2	11.710,5
I.1.1 Receita Administrada Bruta	11.230,5	10.042,4
I.1.2. (-) Restituições	(83,9)	(82,5)
I.1.3. Diretamente Arrecadada	598,5	545,1
I.1.4. Demais Receitas	182,5	1.278,2
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(127,5)	(72,7)
I.2. Receitas da Previdência Social	3.701,1	3.734,1
II. DESPESA TOTAL	15.053,3	14.521,8
II.1. Transferência a Estados e Municípios	2.659,6	2.891,2
II.2. Benefícios Previdenciários	3.898,1	4.366,8
II.3. Despesas da Administração Federal	8.292,3	7.086,1
II.3.1. Pessoal e Encargos	4.306,7	3.691,8
II.3.2. Despesas de Custeio e Capital	3.985,6	3.394,3
- Abono e Seguro Desemprego	275,4	339,7
- Desapropriação para Reforma Agrária	1,9	33,2
- Outras Despesas de Custeio e Capital	3.708,4	3.021,4
II.4. Subsídios e Subvenções	203,2	177,7
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	448,0	922,7
III.1. Resultado do Tesouro Nacional (1)	645,0	1.555,5
III.2. Resultado da Previdência Social (RGPS) (2)	(197,0)	(632,7)
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	0,6%	1,3%

Principais Variações	
1999/1998	
Receitas	-0,4%
Despesas	-3,5%
Benefícios	12,0%
Pessoal	-14,3%
Custeio	-14,8%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Exceto Banco Central

(2) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

A receita total atingiu R\$ 15,4 bilhões em janeiro, dos quais R\$ 10,0 bilhões referem-se àquelas administradas pela Secretaria da Receita Federal (SRF). Observa-se certa

Receitas

estabilidade no comportamento da receita total, se comparada com a do mesmo período de 1998. O mesmo se pode verificar com relação à arrecadação líquida da Previdência Social.

Receita Administrada pela SRF

A receita administrada pela SRF, líquida de restituições, apresentou redução de 10,6%, o que pode ser atribuído, em particular, à transferência de uma semana de arrecadação dos tributos com apuração semanal, de dezembro de 1997, para janeiro de 1998, o que elevou a base de comparação.

Além deste fator, alguns tributos tiveram variação expressiva na arrecadação líquida, dentre os quais: i) o IRRF-Rendimento de Capital (-37,0%): arrecadação extraordinária em janeiro/98 no valor de R\$ 1,1 bilhão, referente a saldos de Fundo de Renda Fixa acumulados até 31/12/97; ii) IOF (-33,1%): redução da alíquota de 15% para 6% nas operações de crédito das pessoas físicas em julho/98, de acordo com a Portaria SRF nº 157; iii) Imposto de Importação (-10,0%): redução da alíquota média efetiva do imposto (-12,4%), não sendo compensado pela variação cambial devido à manutenção da taxa de câmbio para efeito de importação em R\$ 1,2084 (AD/SRF nº 41/98) até 26/01/99.

Demais Receitas		
Itens	Jan/98	Jan/99
- Dividendos	-	437,5
- Conta Petróleo	-	579,5
- Outras	182,5	261,2
Total	182,5	1.278,2

As demais receitas somaram R\$ 1,3 bilhão, o que significa um crescimento superior a 600%. A elevação de tais receitas deve-se ao volume de recursos recebidos por conta de dividendos e da denominada conta-petróleo, sem correspondente em janeiro do ano passado. Destaca-se, no primeiro caso, o recolhimento do BNDES ao Tesouro Nacional, da ordem de R\$ 408,0 milhões.

Despesas

A despesa total atingiu R\$ 14,5 bilhões, um decréscimo de 3,5% em relação a janeiro/98, cujo soma foi de R\$ 15,1 bilhões. Destaque-se que as despesas da Administração Federal, que excluem as transferências a estados e municípios e benefícios pagos pelo INSS, caíram 14,5%, ou R\$ 1,2 bilhão.

As despesas com pessoal reduziram-se em 14,3%, em relação ao mesmo período do ano passado, basicamente em função da mudança no período de pagamento da folha salarial: a partir do mês de janeiro/99, o pagamento do funcionalismo público passou a ser efetuado até o 5º dia útil do mês seguinte. No mês de janeiro/99, estão computados apenas 70% da folha salarial referente a dezembro/98, além dos gastos sazonais com férias¹.

Importa ressaltar o decréscimo de R\$ 687,0 milhões nas outras despesas de custeio e capital, o que representa um queda de 18,5%. Tal performance reflete as medidas do programa de ajuste fiscal em andamento, conforme compromisso estabelecido pelo Governo Federal.

As despesas com transferências a estados e municípios elevaram-se 8,7%, devido à alteração na metodologia de cálculo dos repasses constantes na Lei Complementar nº 87/96, além dos recursos adicionais autorizados pela Portaria Interministerial nº 340/98. Os dispêndios com benefícios previdenciários cresceram 12,0%, acréscimo este explicado por: (i) reajuste do salário mínimo e do valor dos benefícios, a partir dos meses de maio e junho de 1998, respectivamente; e (ii) crescimento do número de concessões líquidas de benefícios.

O montante de recursos desembolsados com as Operações Oficiais de Crédito caíram 47,2%. Destacam-se as vendas de produtos pela Conab superiores às compras realizadas, o que gerou uma receita líquida de venda da ordem de R\$ 42,0 milhões.

1 - O pagamento de salários sofreu alteração em seu cronograma a partir de janeiro/99. De março a novembro/98, era efetuado no dia 25 do mês. Em dezembro/98, foi pago 30% dia 25 do mês e 70% em janeiro. A partir de janeiro/99, passa a ser pago até o 5º dia útil do mês subsequente ao de referência.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado cresceu em relação a dezembro, passando de 11,0% para 15,8% do PIB. Tal fato se deve em parte à DPMFi em mercado, que passou de R\$ 213,5 bilhões em dezembro para R\$ 229,3 bilhões em janeiro. Por outro lado, os haveres contratuais internos passaram de R\$ 137,6 bilhões em dezembro para R\$ 157,4 bilhões em janeiro.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 1998/1999

(R\$ milhões)

	Novembro 1998	Dezembro 1998	Janeiro 1999
I. DÍVIDA INTERNA	20.885	22.266	18.061
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	198.365	213.503	229.336
Dívida Contratual da STN	-124.437	-137.607	-157.428
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-53.043	-53.630	-53.847
Fat	-36.734	-37.413	-38.074
Demais Entidades	-16.309	-16.216	-15.773
II. DÍVIDA EXTERNA	76.101	76.849	123.870
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	58.542	58.984	94.824
Títulos Depositados em Garantia	-4.182	-4.184	-6.970
Dívida Contratual	22.119	22.447	36.477
Disponibilidades	-378	-397	-462
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	96.985	99.115	141.931
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL / PIB	10,8%	11,0%	15,8%

Em janeiro houve redução da dívida líquida interna e aumento da dívida líquida externa, por conta da flexibilização do câmbio.

Observa-se também um crescimento da dívida líquida externa, a qual passou de R\$ 76,8 bilhões para R\$ 123,9 bilhões no período, por conta da flexibilização do câmbio. A seguir serão analisadas mais detalhadamente as causas destas oscilações ocorridas neste primeiro mês do ano.

Dívida Interna

Em janeiro, o saldo da DPMFi em poder do mercado atingiu R\$ 229,3 bilhões, equivalente a 25,5% do PIB, contra R\$ 213,5 bilhões, ou 23,7% do PIB, em dezembro. Apesar da redução do estoque de LFT em mercado em R\$ 12,2 bilhões, o crescimento da DPMFi em mercado deveu-se ao aumento

do estoque dos títulos indexados ao dólar. A desvalorização cambial ocorrida em janeiro, em torno de 64%, gerou uma apropriação nesses títulos na mesma proporção.

TABELA 3
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA
BRASIL, 1998/1999

	(R\$ milhões)		
	Novembro 1998	Dezembro 1998	Janeiro 1999
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	317.311	342.886	361.866
I. Dívida com Mercado	198.365	213.503	229.336
LTN	4.822	4.914	5.007
LFT	117.861	128.553	116.324
LFT-A	2.339	2.407	3.063
LFT-B	19.846	21.593	21.557
NTN-A	4.870	5.009	8.257
NTN-D	24.490	24.187	38.897
CFT-D	3.818	3.861	6.366
Demais	20.320	22.978	29.864
I.2 Dívida com BACEN	118.945	129.383	132.530
LTN	15.537	15.835	16.137
NTN-D	0	0	0
LFT-A	81.902	85.452	86.849
LFT	14.092	25.607	26.165
Demais	7.414	2.489	3.379
Dívida MERCADO/PIB	22,0%	23,7%	25,5%

O crescimento do estoque de NTN-D foi o fator determinante da elevação do estoque da DPMFi em mercado

Com isto, o crescimento da DPMFi no mês caracteriza-se, basicamente, pelo aumento de R\$ 17,9 bilhões no estoque dos títulos com variação cambial, com destaque para a NTN-D. O quadro a seguir resume as emissões, resgates e cancelamentos ocorridos com a dívida mobiliária em mercado no período.

TABELA 4
EMISSÕES, RESGATES E CANCELAMENTOS
BRASIL, JAN/99

Fatos	(R\$ milhões)		
	Financeiras	Não financeiras	Total
I. Emissões	7.105	1.068	8.173
II. Resgates	17.614		17.614
III. Cancelamentos	858		858
IV. Valor líquido (I-II-III)	-11.367	1.068	-10.299

Observa-se um resgate líquido total de R\$ 11,4 bilhões, no mês. O volume de emissões financeiras foi R\$ 7,1 bilhões, os resgates de R\$ 17,6 bilhões, enquanto os cancelamentos foram de R\$ 858 milhões. As emissões não financeiras atingiram R\$ 1,1 bilhão.

As emissões financeiras do mês foram as seguintes:

TABELA 5
EMISSÕES FINANCEIRAS EM MERCADO
BRASIL, JAN/99

(R\$ milhões)

DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL/DESÁGIO	VALOR	
				FINANCEIRO	NOMINAL
01/01/99	NTN-D	5 anos	VC + 6% a.a.	500,0	348,3
01/01/99	CTN	20 anos	IGP-M	130,7	13,5
06/01/99	NTN-E	175 dc/119 du	2,909%	500,0	493,2
06/01/99	NTN-S	364 dc/250 du	2,068%	2.000,0	1.959,3
13/01/99	NTN-S	364 dc/250 du	2,304%	2.000,0	1.954,8
13/01/99	NTN-E	175 dc/119 du	3,655%	355,0	349,0
20/01/99	NTN-S	364 dc/250 du	0,664%	1.000,0	993,4
27/01/99	NTN-S	364 dc/250 du	0,678%	1.000,0	993,3
TOTAL				7.485,7	7.104,8

Foram mantidas as colocações de NTN-E e NTN-S com pequeno deságio.

VC = Variação Cambial

Em janeiro foram mantidas as colocações de NTN-E e NTN-S. Tais títulos foram vendidos com pequeno deságio, mantendo-se a tendência do mês anterior.

Os cancelamentos do mês foram os seguintes:

- R\$ 366,7 milhões em NTN-H, junto à Petrobrás. A NTN-H foi emitida como garantia de pagamento do saldo devedor da Conta Petróleo, Derivados e Álcool, nos termos da MP nº 1682-6/98. O cancelamento ocorreu em virtude da redução do saldo devedor da Conta Petróleo.
- R\$ 82,5 milhões em CFT-A, que se encontravam em poder de alguns Estados. Em outubro do ano passado foi realizada operação entre o Tesouro Nacional e a RFFSA onde foram emitidos CFT-A em troca de recebíveis. A RFFSA utilizou esses certificados para pagamento de ICMS junto aos Estados. De posse dos CFT-A, os Estados quitaram parte de suas dívidas com a União.

- R\$ 408,6 milhões em NTN-P, que se encontravam em poder do BNDES. Tal cancelamento ocorreu como contrapartida ao crédito de juros sobre capital relativos ao exercício de 1998 do Tesouro Nacional junto ao BNDES.

Do total de R\$ 1,1 bilhão das emissões não-financeiras do mês, R\$ 996,4 milhões referem-se a títulos emitidos no âmbito do Programa de Redução da Presença do Setor Público na Atividade Financeira Bancária – Proes e R\$ 71,9 milhões referem-se ao Proex (NTN-I).

TABELA 6
EMISSÕES RELATIVAS À ASSUNÇÃO DE DÍVIDA DOS ESTADOS
BRASIL, JAN/99

ESTADO	VALOR	LEI
(R\$ milhões)		
Maranhão		
1. Reestruturação Bancária		
1.1. LFT-A	63,3	Art. 3º da MP nº 1773-32/98
1.2. LFT-A	210,7	Art. 3º da MP nº 1773-32/98
1.3. LFT-B	28,1	Art. 3º da MP nº 1773-32/98
1.4. Créditos Securitizados	29,8	Art. 3º da MP nº 1773-32/98
Pará		
1. Reestruturação Bancária		
1.1. LFT-A	127,4	Art. 3º da MP nº 1773-32/98
1.2. LFT-B	332,8	Art. 1º da Lei nº 9496/97
Mato Grosso		
1. Reestruturação Bancária		
1.1. LFT-A	193,1	Art. 3º da MP nº 1773-32/98
Sergipe		
1. Reestruturação Bancária		
1.1. LFT-A	41,0	Art. 3º da MP nº 1773-32/98
Total	1.026,2	

O financiamento ao Proes foi de R\$ 1,0 bilhão.

Com as emissões, resgates e cancelamentos ocorridos em janeiro, em conjunto com a desvalorização cambial ocorrida no período, a composição da DPMFi em mercado sofreu algumas modificações. A participação da LFT no total, por exemplo, passou de 44,9% em dezembro para 39,3% em janeiro, enquanto a NTN-D passou de 7,0% em dezembro para 10,7% no mês em análise.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMF
BRASIL, 1998/1999

Título	(%)		
	Nov 1998	Dez 1998	Jan 1999
LTN	6,4	6,0	5,8
LFT	41,4	44,9	39,3
LFT-A	26,4	25,6	24,8
LFT-B	6,2	6,3	5,9
NTN-A	2,0	1,5	2,3
NTN-D	7,7	7,0	10,7
NTN-H	1,4	1,2	1,0
NTN-P	4,2	3,7	3,5
DEMAI	4,3	3,8	6,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Em janeiro, o custo médio anual dos títulos da DPMFi emitidos por meio de processo competitivo em mercado foi de 311,41%, contra 33,71% em dezembro, aumentando em

Custo Médio

TABELA 8
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO

BRASIL, 1998/1999 (% anual)			
PERÍODO	TOTAL	COMP(1)	
1998	Jan	29,10	26,59
	Fev	26,92	27,71
	Mar	26,56	27,34
	Abr	26,03	27,84
	Mai	23,81	26,92
	Jun	22,68	25,26
	Jul	20,56	24,26
	Ago	21,58	23,62
	Set	27,70	31,54
	Out	34,54	37,26
	Nov	32,80	36,08
	Dez	31,32	33,71
1999	Jan (2)	30,42	30,90
	Jan (3)	227,40	311,41

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.
(2) Excluindo NTN-D (indexado ao câmbio)
(3) Incluindo NTN-D (indexado ao câmbio)

decorrência da grande desvalorização cambial ocorrida no mês. Se somados os títulos emitidos em processo não competitivo de formação de taxas, em poder do mercado, o custo médio anual da dívida pública em mercado também subiu, atingindo 227,40% em janeiro, contra 31,32%, no mês anterior. No entanto, quando desconsideramos os títulos indexados ao câmbio, o custo médio em mercado cai para 30,42% nos competitivos e 30,90% no total dos títulos, reduzindo-se em relação aos meses anteriores.

O custo médio da DPMFi em mercado, comparado à variação mensal da taxa Selic (representativa do custo de oportunidade do Tesouro Nacional), passou de -0,11% no mês de dezembro para 7,53% em janeiro, em função do já citado aumento na cotação do dólar.

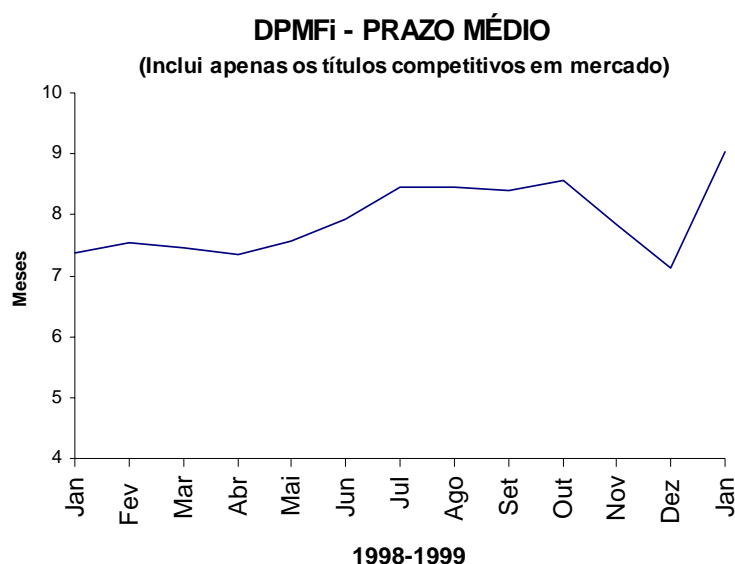
Prazo Médio

O prazo médio dos títulos em mercado, emitidos sob processo competitivo de formação de taxas, aumentou, passando de 7,13 meses em dezembro, para 9,02 meses em janeiro, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

TABELA 9
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO

BRASIL, 1998/1999 (meses)			
Período	TOTAL	COMP (1)	
1998	Jan	39,95	7,36
	Fev	40,18	7,54
	Mar	36,64	7,47
	Abr	35,41	7,34
	Mai	36,31	7,58
	Jun	36,05	7,92
	Jul	34,52	8,46
	Ago	35,89	8,46
	Set	36,12	8,39
	Out	35,31	8,57
	Nov	31,04	7,83
	Dez	29,75	7,13
1999	Jan	36,26	9,02

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.



Dívida Contratual Interna

Em janeiro, os haveres líquidos totais do Tesouro Nacional apresentaram crescimento de R\$ 20,0 bilhões, totalizando R\$ 211,3 bilhões, ou 23,5% do PIB, contra R\$ 191,3 bilhões (21,2% do PIB) no mês anterior. O crescimento

dos haveres, no âmbito da STN se deve à Lei nº 9.496/97 (R\$ 1,5 bilhão), à Lei nº 7.976/89 (R\$ 3,5 bilhões), aos Bônus Renegociação (R\$ 8,7 bilhões)² e aos Recebíveis das Empresas Estatais (R\$ 6,5 bilhões)³.

2 - Devido à desvalorização cambial ocorrida no mês.

3 - Aumento do valor dos recebíveis da Eletrobrás – Itaipu, que são atualizados pela variação cambial mais 5,95% ao ano.

TABELA 10
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA
BRASIL, 1998/1999

	(R\$ milhões)		
	Novembro 1998	Dezembro 1998	Janeiro 1999
TOTAL DA STN	-124.437	-137.607	-157.428
Dívida Bancária	39.670	39.723	39.825
Crédito Securitizado (exceto CVS)	16.210	16.630	17.479
CVS	7.238	7.273	7.363
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.933	3.060	3.094
Debêntures	573	575	584
Outras Dívidas	175	148	149
INSS	-7.740	-7.926	-8.099
Lei 7.976/89	-8.854	-8.836	-12.292
Bônus Renegociação	-16.869	-12.320	-21.045
Lei 8.727/93	-40.575	-40.625	-40.906
Lei 9.496/97	-76.286	-81.005	-82.472
Recebíveis dos Estados	-3.023	-3.032	-3.077
Recebíveis das Estatais	-16.233	-29.665	-36.209
Outros	-12.197	-11.225	-11.333
Créditos das Operações Oficiais	-7.563	-7.928	-7.952
Arrecadação a Recolher	-1.897	-2.455	-2.537
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇ	-53.043	-53.630	-53.847
Fat	-36.734	-37.413	-38.074
Demais Entidades	-16.309	-16.216	-15.773
TOTAL	-177.480	-191.237	-211.276
TOTAL/PIB	-19,7%	-21,2%	-23,5%
TOTAL DA STN/PIB	-13,8%	-15,3%	-17,5%

O prazo médio dos créditos securitizados foi próximo a 195 meses.

O prazo médio dos créditos securitizados, no mês, foi de aproximadamente 195 meses, recuando em relação a dezembro, que foi em torno de 197 meses. O cálculo do prazo médio da dívida securitizada é realizado levando-se em consideração a média ponderada de todos os créditos. O custo médio dessa dívida sofreu um grande aumento em relação ao mês anterior, crescendo de 8,07% ao ano em dezembro para 37,76% ao ano no mês em análise. Tal elevação se deve às grandes variações tanto do IGP-DI quanto da TR ocorridos no mês. Juntos, estes indicadores corrigem 93% da dívida securitizada. Como o estoque dos

créditos securitizados indexados ao dólar americano é pequeno, o impacto da desvalorização cambial no custo médio foi minimizado.

Dívida Externa

A dívida externa total brasileira, ao final deste primeiro mês do ano, apresentou um saldo de R\$ 123,9 bilhões (13,8% do PIB). Tal saldo, em dólares, manteve-se constante em relação aos meses anteriores. Portanto, o aumento do saldo em reais se deve exclusivamente à desvalorização da moeda brasileira em relação à moeda norte-americana ocorrida no mês.

TABELA 11
DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 1998/1999

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)		
	Nov 1998	Dez 1998	Jan 1999
1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	58.542	58.984	94.824
1.1. Bônus de Renegociação	47.929	48.228	77.357
Brazil Investment Bond (BIB)	1.081	1.088	1.785
Interest Due and Unpaid (IDU)	5.265	5.298	6.954
Par Bond (PB)	5.070	5.102	8.336
Discount Bond (DB)	6.497	6.538	10.727
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.087	2.100	3.446
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	8.777	8.832	14.491
Debt Conversion Bond (DCB)	10.198	10.262	16.837
New Money Bond (NMB)	2.690	2.706	4.440
Eligible Interest (EI)	6.262	6.301	10.339
1.2. Bônus de Captação	10.613	10.756	17.466
Deutch Mark Bond (DM Bond)	0	0	0
Samurai Bond	292	322	510
Caravella Bond	83	84	135
Eurosterling Bond	198	201	327
Global Bond	901	907	1.487
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	708	728	1.152
Parallel Franco	211	215	343
Parallel Florim	251	256	409
Parallel Xelim	201	205	327
Global Bond 2027	4.204	4.230	6.941
Euroaira Bond	536	545	873
Eurosterling Bond 2007	297	301	490
Euro Bond 2003	698	707	1.128
Demais	6.409	6.526	10.525
2. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.182	-4.184	-6.970
3. DÍVIDA CONTRATUAL	22.119	22.447	36.477
4. DISPONIBILIDADE DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-378	-397	-462
5. TOTAL (1+2+3+4)	76.101	76.849	123.870
DÍVIDA EXTERNA TOTAL / PIB	8,45%	8,52%	13,77%

O aumento do saldo da dívida externa em Reais deve-se à flexibilização do câmbio.

A dívida mobiliária externa (DPMFe) totalizou, no mês, R\$ 94,8 bilhões, sendo 81,6% composto por bônus de renegociação e 18,4% por bônus de captação.

Em janeiro, o Tesouro Nacional realizou gastos da ordem de R\$ 54,2 milhões com juros e encargos de sua dívida externa. Deste total, R\$ 11,1 milhões foram pagos a Organismos Internacionais e R\$ 43,1 milhões a Bancos Privados e Agências Governamentais.

TABELA 12
ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, 1999

Discriminação	(R\$ milhões)
	Janeiro 1999
I. Encargos Totais	54,2
I.1. Organismos Multilaterais	11,1
I.2. Bancos Privados/Ag. Gov.	43,1